

Pedro França/Agência Senado

CON JUN TURA REPUBLICANA

ATUALIZE-SE
EM POUCOS
MINUTOS

Palácio do Planalto
Planalto Palace

ELEIÇÕES 2026

ANO ELEITORAL ACELERA REFORMA MINISTERIAL E REDESENHA A BASE GOVERNISTA

P.3

DESTAQUE INTERNACIONAL
ACORDO MERCOSUL-UE
VOLTA AO RADAR E
REACENDE DISPUTAS
NA POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA

P.6

AGENDA DO PLANALTO
GOVERNO SANCIONA
REGULAMENTAÇÃO DA
REFORMA TRIBUTÁRIA
E INICIA FASE DE
EXECUÇÃO

P.9

VISÃO DO ESPECIALISTA
UNDIME INSTRUI GESTORES
SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI
Nº 15.326/2026
NA EDUCAÇÃO
INFANTIL

P.11



2025 – Fundação Republicana

Brasileira (FRB) ©

Direitos reservados em conformidade
com a Lei nº 9.610/1998

PRESIDÊNCIA FRB:

Renata Sene (2025-2027)

GERÊNCIA FRB:

Gabrielle Assumpção

COORDENAÇÃO ASSESSORIA

DE COMUNICAÇÃO FRB:

Denise Matos



COORDENAÇÃO NÚCLEO DE

ESTUDOS E PESQUISAS (NEP):

Fábio Vidal

**CON
JUN
TURA**
ATUALIZE-SE
EM POUCOS
MINUTOS
REPUBLICANA

FICHA TÉCNICA | EDITORIAL

TEXTO:

Fábio Vidal – NEP/FRB

Kamilla Dias – NEP/FRB

PROJETO GRÁFICO:

Igor Bessa

DIAGRAMAÇÃO:

Samuel de Paula – Ascom/FRB

REVISÃO/EDIÇÃO:

Tamires Lopes – Ascom/FRB

APOIO DE JORNALISMO:

Mazé Rodrigues – Ascom/FRB

MTB: 0014348/DF

FOTO ARQUIVO:

Carlos Gonzaga – Ascom/FRB



Faculdade
REPUBLICANA

*Aprenda como o jogo
funciona **de verdade***

ASSESSORIA PARLAMENTAR E RIG

curso rápido
& gratuito

Inscreva-se agora



Ricardo Stuckert/PR

ANO ELEITORAL ACELERA REFORMA MINISTERIAL E REDESENHA A BASE GOVERNISTA

A reforma ministerial ganha centralidade no tabuleiro político em um ano eleitoral não apenas por exigências legais, mas pela antecipação das disputas e rearranjos dentro do próprio governo

Embora o prazo de desincompatibilização se encerre apenas em abril, o calendário político já acelera movimentos na Esplanada dos Ministérios, transformando o primeiro escalão em espaço de reposicionamento estratégico e negociação partidária.

Esse processo envolve ministros com alta visibilidade e densidade eleitoral, indicando que a reforma será também um instrumento de reorganização da base governista.

Nomes como Rui Costa, Gleisi Hoffmann, Camilo Santana e Renan Filho aparecem associados a disputas majoritárias ou à reeleição legislativa, reforçando a leitura de que o governo tende a liberar quadros estratégicos para fortalecer palanques estaduais em 2026. Paralelamente, ministros como Marina Silva, Alexandre Silveira, Carlos Fávaro e Simone Tebet figuram no radar eleitoral, sinalizando o uso da Esplanada como plataforma de projeção política da coalizão.

Nesse mesmo contexto, Fernando Haddad confirmou que pretende deixar o Ministério da Fazenda em fevereiro para se dedicar à campanha presidencial de Lula. À frente da principal pasta do governo e com elevado capital político no campo progressista, sua saída é tratada oficialmente como apoio ao projeto eleitoral do presidente, mas mantém em aberto a

distância entre o discurso público e o jogo político, já que seu nome segue citado como potencial candidato ao Senado ou ao governo de São Paulo.

As saídas de Silvio Costa Filho e Ricardo Lewandowski indicam que a reforma ministerial já começou a produzir efeitos concretos. Independentemente das motivações específicas, esses movimentos reforçam a percepção de que o governo iniciou a reorganização do primeiro escalão, antecipando a dinâmica de substituições que tende a se intensificar ao longo do ano eleitoral.

Nesse cenário, a reforma ministerial deixa de ser um rearranjo administrativo e passa a operar como instrumento de acomodação política, com impactos diretos sobre a governabilidade e a coesão da base no Congresso.

MERCOSUL-UE VOLTA AO RADAR E REACENDE DISPUTAS NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

O acordo de parceria entre o Mercosul e a União Europeia (UE) voltou a ganhar destaque na política externa brasileira após o Conselho da UE aprovar a assinatura dos principais instrumentos do pacto, incluindo seus atos constitutivos e o acordo comercial provisório, resultado de mais de duas décadas de negociações

A assinatura ainda depende da aprovação pelo Parlamento Europeu e pelos parlamentos nacionais, mas o avanço mostra que a agenda de integração comercial e estratégica entre os blocos está em movimento.

O acordo cria uma das maiores áreas de livre comércio do mundo, reunindo cerca de 700 milhões de consumidores e movimentando mais de €110 bilhões por ano em comércio entre os dois blocos. Para setores como agronegócio e produção de alimentos, a medida representa maior previsibilidade e novas oportunidades de exportação.

Apesar disso, a retomada do acordo também traz desafios. Na Europa, países como França e Polônia pressionaram por ajustes para proteger produtores locais. No Brasil, a discussão envolve equilibrar interesses do agronegócio, da indústria e das questões ambientais.



Ricardo Stuckert/PR

Politicamente, o acordo exige do governo articulação cuidadosa, equilibrando oportunidades comerciais com debates internos e pressões sociais. A assinatura rápida é vista como estratégica para fortalecer a inserção do Brasil no comércio internacional, mas a negociação com o Parlamento Europeu e possíveis ajustes em normas técnicas e ambientais ainda podem alterar o ritmo da implementação.

Em suma, o retorno do acordo ao centro da agenda política nacional significa uma oportunidade de ampliar relações comerciais e reforçar a presença internacional, mas também exige atenção à forma como os interesses internos e externos são conciliados. A maneira como o governo conduzirá essas negociações terá impacto direto sobre a economia e a política brasileira ao longo dos próximos anos.

GOVERNO SANCIONA REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA E INICIA FASE DE EXECUÇÃO

Com a sanção presidencial, tem início a fase de execução e implementação das mudanças estruturais previstas na lei. O objetivo é simplificar o sistema fiscal brasileiro, por meio da unificação de tributos e da redução da complexidade para empresas e cidadãos

Para apoiar esse processo, foi lançada uma plataforma digital que reúne ferramentas para o cálculo de tributos, declaração assistida e acompanhamento em tempo real, facilitando a adaptação dos contribuintes e o trabalho dos órgãos de fiscalização.

Politicamente, a sanção reforça a capacidade de articulação do Executivo, que conseguiu aprovar a reforma após intensos debates no Congresso. A

medida também sinaliza compromisso com maior transparência e previsibilidade tributária, elementos centrais para investidores e para a competitividade da economia nacional.

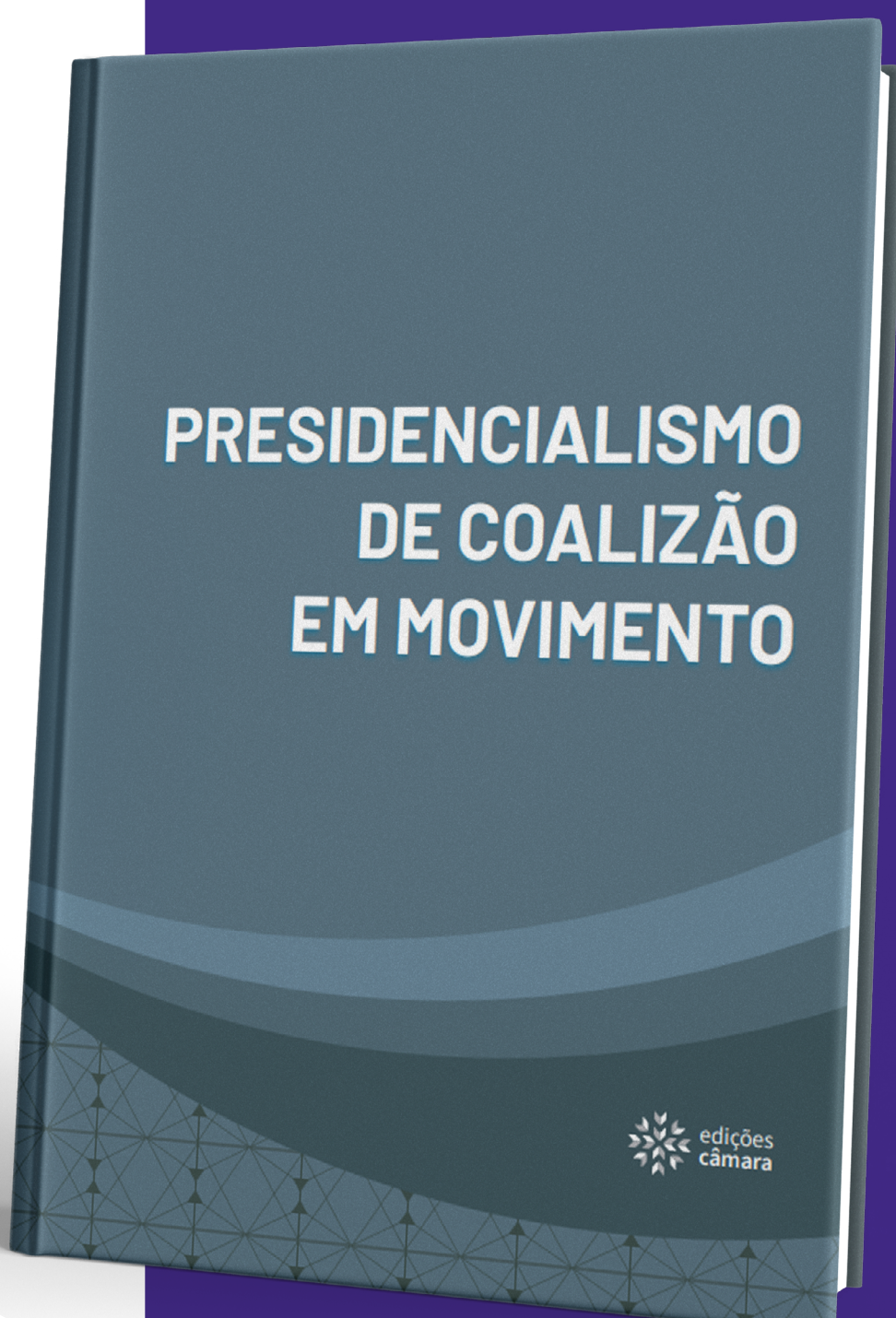
A execução da reforma será gradual, exigindo monitoramento próximo de impactos sobre arrecadação e setores estratégicos, especialmente em um ano eleitoral, quando eficiência fiscal e percepção de justiça tributária ganham relevância no debate público.

FRB INDICA

O livro assume o desafio de descrever e explicar a mudança institucional no presidencialismo de coalizão brasileiro com ênfase no Poder Legislativo.

Em artigos organizados em três partes dedicadas ao presidencialismo de coalizão em si, aos partidos e às comissões, diversos autores exploram tendências, regências e imanências, aprofundando o conceito de presidencialismo de coalizão e buscando mostrar o que mudou – permanência e impermanência em diálogo e tensão permanente.

A obra é o primeiro produto da parceria de pesquisa entre a Universidade Federal de Minas Gerais e o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados.



UNDIME INSTRUI GESTORES SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI Nº 15.326/2026 NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) divulgou a Nota Técnica nº 01/2026, em razão da sanção da Lei nº 15.326, de 6 de janeiro de 2026, que reconhece os professores da educação infantil como profissionais da carreira do magistério

A nova legislação altera a Lei do Piso do Magistério (Lei nº 11.738/2008) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), consolidando o entendimento de que cuidar, brincar e educar são dimensões

Foto: Arquivo FRB



engenheiro RAGI

Graduado em Engenharia Civil pela Unifenas (MG), é especialista na elaboração de projetos e demais documentos para realização de construção, reforma, fiscalização em obras da Educação e do Esporte, com recursos municipais e federais, trabalhando, em especial, com elaboração de projetos para aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

indissociáveis do trabalho pedagógico na educação infantil. O enquadramento alcança profissionais que exercem função docente direta com as crianças, com formação mínima exigida e aprovação em concurso público, independentemente da nomenclatura do cargo.

A Undime destaca que a lei não é autoaplicável, dependendo de regulamentação por parte do Poder Executivo, especialmente pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). A entidade alerta para a necessidade de clareza quanto à definição dos cargos abrangidos, a fim de evitar interpretações extensivas que incluam funções de apoio à docência sem respaldo legal.

Outro ponto de atenção refere-se aos impactos financeiros da implementação, como a equiparação ao piso nacional, a inclusão nos planos de carreira do magistério e a aplicação de um terço da jornada para

atividades extraclasse, o que pode pressionar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal nos municípios.

Diante desse cenário, a Undime informa que atuará de forma articulada com o MEC, o CNE, órgãos de controle e entidades municipalistas, além de prestar assessoramento técnico e jurídico às redes municipais de ensino, inclusive com a elaboração de minuta-padrão de decreto municipal, visando a uma implementação responsável, sustentável e juridicamente segura da Lei nº 15.326/2026.

FONTE: UNDIME

As opiniões expressas neste texto são de responsabilidade exclusiva do autor e não refletem, necessariamente, a posição institucional da Fundação Republicana Brasileira (FRB).



AJUDANDO A FORMAR CIDADÃOS

CONTATO@FUNDACAOREPUBLICANA.ORG.BR

SIGA A FUNDAÇÃO REPUBLICANA
BRASILEIRA NAS REDES SOCIAIS



WWW.FUNDACAOREPUBLICANA.ORG.BR